

CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DO HEROÍSMO

ATA N. 24/2025

**REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA VINTE E OITO DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E
VINTE E CINCO**

(Contém folhas)

MEMBROS PRESENTES:

PRESIDENTE Fátima da Conceição Lobão Santos da Silveira Amorim-----

VEREADOR Guido de Luna da Silva Teles-----

VEREADOR Paulo Alexandre Silva Lima-----

VEREADORA Sónia Alexandra Fernandes Ferreira-----

VEREADOR Rui Miguel Ornelas Drumonde-----

VEREADORA Magda Patrícia Ferreira de Ávila-----

VEREADOR João Alexandre de Sousa Barata Feio de Oliveira-----

MEMBROS AUSENTES:

PRESIDENTE -----

VEREADOR -----

VEREADOR -----

VEREADORA -----

VEREADOR -----

VEREADORA Luísa da Costa Barcelos-----

VEREADOR Tiago Alexandre Miguel Rodrigues-----

No dia vinte e oito de novembro de dois mil e vinte e cinco realizou-se na Sala de Sessões do edifício dos Paços do Concelho a reunião extraordinária da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.-----

Pelas catorze horas e trinta minutos, a Presidente da Câmara Municipal declarou aberta a reunião. -----

DELIBERAÇÕES DIVERSAS

1. Taxas, preços e impostos

1.2. Int. 39347– Proposta de **tarifário dos serviços de água, saneamento e resíduos da Câmara Municipal para o ano de 2026**, para aprovação do órgão executivo municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. -----

Sobre esta matéria a Presidente salientou a preocupação em não aumentar as taxas o que já vem acontecendo desde 2011, o que significa o não agravamento de custos, principalmente para as famílias, nas também para sectores como a agricultura, indústria e comércio. -----

Referiu que neste documento apenas foram introduzidas alterações de redação para clarificar a interpretação do documento. -----

O Vereador João Oliveira pediu uma especial atenção à localização dos contentores de lixo na frente mar das Vilas de São Mateus e do Porto Judeu, para impedir os resíduos se espalhem pela orla costeira. -----

A Presidente informou que a colocação dos contentores é articulada com as respetivas juntas de freguesia e de forma a que os resíduos sejam recolhidos e encaminhados para os respetivos destinos finais. -----

A Vereadora Magda Ávila questionou o ponto da situação da implementação dos contadores inteligentes e qual a sua cobertura. -----

O Vereador Paulo Lima informou que atualmente já estão instalados cerca de cinco mil contadores e que está em curso um procedimento para aquisição de

mais três unidades. Referiu que se trata de tecnologia que utiliza redes de IoT - Internet das Coisas, pelo não será possível abranger a totalidade dos catorze mil clientes, uma vez que a rede não cobre todas as localizações, no entanto, espera-se que até ao final do mandato estejam instalados em todas as zonas com cobertura da rede. -----

A Presidente acrescentou que dado ao volume financeiro envolvido e a capacidade de instalação é um investimento que tem de ser realizado de forma faseada. -----

A Câmara Municipal, por unanimidade, aprovou a proposta de tarifário em questão e deliberou remeter à Assembleia Municipal para conhecimento. (1148/2025/CMAH)-----

1.3. Int. 38874 - Proposta de **aplicação de regime de derrama para o exercício de 2025, receita a cobrar em 2026**, nos termos do n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que aprovou o Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais. Para deliberação do órgão executivo e posterior submissão à Assembleia Municipal para autorização do lançamento da derrama, nos termos da alínea d) do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 setembro. **A Câmara Municipal, por unanimidade, aprovou a proposta de aplicação da derrama e deliberou remeter à Assembleia Municipal, para autorização, nos termos legais. (1149/2025/CMAH)-----**

1.4. Int. 38882 - Proposta de **fixação em 0,25% o percentual da taxa municipal de direitos de passagem** para vigorar no ano de 2026, ao abrigo da Lei n.º 5/2004 de 10 de fevereiro (Lei das Comunicações Eletrónicas), alterada pelo Decreto-Lei n.º 176/2007, de 8 de maio, Lei n.º 35/2008, de 28 de julho, Decreto-Lei n.º 123/2009, de 21 de maio, Decreto-Lei n.º 258/2009, de 25 de setembro, Lei n.º 46/2011, de 24 de junho, Lei n.º 51/2011, de 13 de setembro, Lei n.º 10/2013, de 28 de janeiro e Lei n.º 42/2013, de 3 de julho. Para deliberação do órgão executivo e posterior submissão à Assembleia Municipal ao abrigo da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e da alínea b) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 setembro e do artigo 106.º da Lei n.º 5/2004, de

10 de fevereiro e artigo 18.º do Regulamento Municipal de Taxas de Angra do Heroísmo, submeter à Assembleia Municipal, aprovar fixar em 0,25% o percentual da Taxa Municipal de Direitos de Passagem para vigorar no ano de 2025. -----

O Vereador João Oliveira questionou se está previsto a instalação de cabos subterrâneos. -----

A Presidente informou que apenas está previsto a instalação do cabo de fibra ótica. -----

Câmara Municipal, por unanimidade, aprovou a proposta e deliberou remeter à Assembleia Municipal, para aprovação, nos termos legais. (1150/2025/CMAH)-----

1.5. Int. 38880 - Proposta de taxas referentes ao **Imposto Municipal sobre Imóveis a cobrar no ano de 2026**, nos termos do artigo 112.º – A, do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis. Para deliberação do órgão executivo e posterior submissão à Assembleia Municipal para aprovação da fixação da taxa do imposto, nos termos da alínea d) do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 setembro. -----

A Presidente informou que a proposta apresenta o minorante de 30% para a zona classificada e freguesias com menor pressão urbanística e majorante para prédios em ruínas e devolutos, mantendo assim o mesmo texto aprovado para o corrente ano. -----

O Vereador João Oliveira chamou a atenção para a necessidade de aplicação criteriosa da avaliação dos prédios devolutos, não avaliar de forma cega, aplicando apenas o critério de reduzido consumo de água e eletricidade, uma vez que os proprietários têm direito a dispor do seu património, o que não implica a utilização constante. -----

A Presidente informou que se está a proceder a audiência prévia dos interessados nos termos legais aplicáveis, o que permite aos proprietários exporem as situações e só após a tomada de decisão. -----

Os Vereadores da Coligação do PSD/CDS-PP declaram que se abstém

considerando que defendem a isenção do IMI na zona classificada, apesar de considerarem a mais-valia no minorante a aplicar nas freguesias com menor pressão urbanística. -----

A Câmara Municipal, com cinco votos a favor da Presidente e dos Vereadores do PS e duas abstenções dos Vereadores da Coligação do PSD/CDS-PP, concordou com a proposta e deliberou remeter à Assembleia Municipal, para aprovação, nos termos legais. (1151/2025/CMAH)-----

2. Quotizações e assinaturas – 2026

2.1. Int. 40267 – Informação do serviço de Aprovisionamento, dando conta das **quotizações e assinaturas para o ano de 2026**. Para deliberação da Câmara Municipal e envio à Assembleia Municipal para conhecimento. **A Câmara Municipal, por unanimidade, aprovou a renovação das quotizações e assinaturas em causa e deliberou enviar a listagem à Assembleia Municipal para conhecimento. (1152/2025/CMAH) -----**

3. Listagem processos sobre os quais impendem a assunção de compromissos plurianuais

3.1. Int. 40290 – Listagem dos **processos sobre os quais impendem a assunção de compromissos plurianuais** e que foram objeto de autorização prévia genérica favorável. Para conhecimento da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal. -----

A Vereadora Magda Ávila salientou a necessidade de se avançar com o processo de musealização do Centro Interpretativo, para permitir a sua abertura ao público. -----

A Presidente informou que se está a trabalhar nesse sentido, trata-se um processo moroso uma vez que o primeiro passo foi o desenvolvimento dos conteúdos, estando-se agora da fase da sua implementação. -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento. O assunto será enviado à Assembleia Municipal, para conhecimento. (1153/2025/CMAH)-----

4. Orçamento da Câmara Municipal, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal para 2026

4.1. Int. 39844 – Orçamento da Câmara Municipal, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal para 2026, apresentando os seguintes valores: -----

Receitas correntes - €30.685.512 (trinta milhões, seiscentos e oitenta e cinco mil, quinhentos e doze euros); -----

Receitas de capital - €19.347.765 (dezanove milhões, trezentos e quarenta e sete mil, setecentos e sessenta e cinco euros); -----

Receitas não efetivas - €630.528 (seiscentos e trinta mil, quinhentos e vinte e oito euros); -----

Total geral das receitas - €50.663.805 (cinquenta milhões, seiscentos e sessenta e três mil, oitocentos e cinco euros); -----

Despesas correntes - €24.380.420 (vinte e quatro milhões, trezentos e oitenta mil, quatrocentos e vinte euros); -----

Despesas de capital - €25.284.274 (vinte e cinco milhões, duzentos e oitenta e quatro mil, duzentos e setenta e quatro euros); -----

Despesas não efetivas - €999.111 (novecentos e noventa e nove mil, cento e onze euros); -----

Despesa inscrita nas Grandes Opções de Plano:

Grandes Opções do Plano - €34.989.069 (trinta e quatro milhões, novecentos e oitenta e nove mil, sessenta e nove euros); (financiamento definido). -----

Plano Plurianual de Investimentos - €22.971.048 (vinte e dois milhões, novecentos e setenta e um mil e quarenta e oito euros); (financiamento definido).

Total geral das despesas - €50.663.805 (cinquenta milhões, seiscentos e sessenta e três mil, oitocentos e cinco euros); -----

O mesmo orçamento contém o Mapa de pessoal da Câmara Municipal para 2026, o plano de formação para 2026, as normas sobre a execução orçamental, o balanço previsional, a demonstração de resultados previsional e demonstração de fluxos de caixa previsional. -----

Para deliberação do órgão executivo municipal e posterior submissão à Assembleia Municipal, para aprovação, nos termos conjugados da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º e alínea a) e o) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

A Presidente da Câmara informou que o orçamento para 2026, é ainda inflacionado pela execução dos projetos PRR – Habitação e do PO2030 em curso. O orçamento sem os projetos referidos rondaria os trinta e cinco milhões de euros, pelo que a perspetiva para 2027 é que o orçamento terá um valor abaixo do provisionado para 2026. -----

Apresentou os eixos que estiveram na base da elaboração do orçamento das seguintes áreas: -----

Na habitação, está previsto a construção de quarenta novas habitações para alavancagem a custos controlados; -----

Continuação da requalificação da rede viária; -----

Na economia e emprego, a realização de ações para captação de negócios que ofereçam emprego qualificado, como forma dos jovens regressarem à ilha. Ainda nesta área salientou a colocação no mercado de mais catorze lotes no Parque Industrial, já em 2026, de um total de quarenta lotes que serão disponibilizados no presente mandato, assim como a ampliação de Startup Angra e a criação do Centro Empresarial em colaboração com a Câmara do Comércio e Indústria de Angra do Heroísmo; -----

Na área da cultura deu ênfase ao fomento das várias vertentes, que vão desde apoio às entidades culturais até à promoção de eventos de música, teatro, dança e literários em todo o concelho; -----

No desporto referiu o investimento no parque desportivo municipal e os apoios aos clubes; -----

Na cooperação com as juntas de freguesia referiu a descentralização de competências, com o aumento de 2% nas transferências; -----

Na área da ação social referiu o aumento da pressão dos pedidos de apoio ao arrendamento e a melhoria das condições da habitação; -----

Na educação referiu que aumentaram já em 2025 os apoios nas bolsas de estudo de setecentos mil para novecentos mil euros, a reabilitação da EB/JI das Cinco Ribeiras e a manutenção do parque escolar; -----

Para o turismo está espelhado no orçamento o apoio para a promoção e divulgação do destino através de protocolo com a Câmara do Comércio e Indústria de Angra do Heroísmo, assim como ações promovidas pelo Município;

A nível do funcionamento do Município está prevista a continuação do processo de desmaterialização administrativa e o reforço do quadro de pessoal com doze vagas, essencialmente, em pessoal operacional e administrativo. -----

A Vereadora Magda Ávila questionou a nível do pessoal qual é a previsibilidade para aposentações e se vão existir mobilidades, e qual é resultado líquido do reforço proposto.-----

A Presidente informou que se está a proceder à mobilidade entre unidades, e após o estudo das necessidades de todas as unidades chegou-se à conclusão de que o número de vagas proposto é suficiente para garantir os serviços em termos operacionais e financeiros. Informou ainda que se aposentaram treze colaboradores, mas nem todos se encontravam no ativo. -----

Salientou que o compromisso com os recursos humanos está acima de oito milhões de euros. -----

O Vice-Presidente informou que alguns trabalhadores irão passar à situação de aposentação, mas que não se consegue o número neste momento, uma vez que depende do interesse dos trabalhadores em sair quando tem direito à reforma ou se esperam pelo limite de idade. -----

A Câmara Municipal, com 5 votos a favor da Presidente e dos Vereadores do PS e 2 abstenções dos Vereadores da coligação do PSD/CDS-PP aprovou o documento e deliberou remeter à Assembleia Municipal, para aprovação, nos termos legais. (1154/2025/CMAH)-----

4.2. Ent. 28777 - Direito à Oposição - Apresentação de propostas do **Partido Social Democrata**, destinadas ao Orçamento da Câmara Municipal para 2026.

A Presidente agradeceu as propostas apresentadas e referiu que nem todas poderão ser aceites e informou que foi feita se a seguinte apreciação: -----

1. Dar início ao projeto-piloto da rede municipal de centros de atividades de tempo livres, em complementaridade às valências já existentes; -----

A Presidente informou que é entendimento do Executivo Municipal eleito que a existência de CATL's no concelho é importante enquanto serviços de apoio à família. A criação de CATL's é, de acordo com a lei em vigor, livre e na nossa perspetiva deve resultar da iniciativa privada. Também é de conhecimento público que, em termos financeiros, o funcionamento de CATL's que dependam somente do financiamento das famílias é inviável, pelo que no nosso entendimento a sua criação deve depender da aprovação de financiamento da administração regional para o seu funcionamento, através de acordo de cooperação, conforme previsto no n.º 1 do artigo 12.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 4/2002/A, de 21 de janeiro. -----

O Programa de Governo desta autarquia é composto pelas medidas que foram sufragadas pela população de Angra do Heroísmo nas últimas eleições autárquicas de outubro de 2025. Nessas medidas não se incluiu qualquer projeto-piloto de uma rede municipal de centros de atividades de tempos livres. Essa não inclusão foi uma opção política e resulta de se considerar que o Município tem uma diversidade de competências próprias para as quais devem ser direcionados os seus recursos, não assumindo responsabilidades numa matéria para cujo financiamento está legalmente prevista a responsabilidade do Governo dos Açores. Acresce que, tal como já foi demonstrado no passado recente, o Município continua a mostrar-se disponível para apoiar as entidades que pretendam abrir valências nesta área, através, nomeadamente, da disponibilização de edifícios municipais que não estejam em plena utilização para que possam ser afetos a esta finalidade. -----

2. Aumentar em 10% as verbas afetas à delegação de competências para as Juntas de Freguesia, que permita uma gestão de proximidade e descentralizada; -----

A Presidente referiu que o Município de Angra do Heroísmo tem sido reconhecido pela sua política de descentralização de competências nas Juntas de Freguesia. Ao longo dos últimos anos já foram efetuados vários aumentos às verbas transferidas para as Juntas de Freguesia. Conforme já foi transmitido na reunião efetuada com as Juntas de Freguesia do concelho referente à programação para o ano de 2026, foi decidido efetuar um aumento de 2% da dotação dos contratos de delegação de competências, acréscimo esse que consideramos justo, razoável e equilibrado. -----

3. Requalificar a rua Luís de Camões (Cova dos Regatos), com asfaltamento e rede de águas em toda a sua extensão, na freguesia de São Bartolomeu de Regatos; -----

A Presidente informou que a estrada identificada não está integrada nas prioridades de intervenção fixadas para 2026 em vias municipais, uma vez que a prioridade é a intervenção no Caminho da Ponta, na Vila de São Sebastião. -

O Vereador Paulo Lima acrescentou que foram muitas as vias intervencionadas em São Bartolomeu no último mandato, salientou que as prioridades são definidas em função do estado de degradação das vias e da quantidade de moradores da respetiva artéria, bem como procurando uma distribuição equitativa por todas as freguesias do concelho. -----

A Presidente reforçou que o Município investiu nos últimos quatro anos mais de sete milhões de euros na requalificação de vias municipais, valor muito considerável, considerando que são obras financiadas apenas com recursos próprios, devido à inexistência de enquadramento para candidatar obras desta natureza aos fundos comunitários. -----

4. Asfaltar o Caminho da Ponta, da Vila de São Sebastião; -----

A Presidente informou que o asfaltamento desta via é a prioridade do Município para 2026, no entanto, esta obra só poderá avançar caso a Secretaria Regional do Ambiente e Ação Climática assegure o financiamento necessário para o redimensionamento do canal existente de encaminhamento de água paralela à via.-----

5. Requalificar a piscina do Negroito com sistema de bombagem, na Vila de São Mateus da Calheta; -----

A Presidente informou que o Município tem a intenção de realizar este investimento. No entanto, encontra-se em curso o processo de análise do enquadramento desta intervenção, nomeadamente, a projeção das obras de construção civil necessárias a realizar na piscina para que o sistema de bombagem a instalar funcione com a necessária eficiência. -----

6. Requalificar a Zona Balnear das Cinco Ribeiras. -----

A Presidente informou que esta intervenção não se integra nas prioridades de investimento do Município. -----

O Vice-Presidente acrescentou que este assunto já foi objeto de parecer solicitado pela Junta de Freguesia à Secretaria Regional dos Assuntos do Mar, tendo sido emitido parecer negativo, uma vez que a pretensão era demolir os atuais balneários, alargar o acesso e pavimentar a zona de rochas que confronta com o mar, foi considerado que esta proposta não tem viabilidade técnica. -----

7. Reestruturar e remodelar o campo de futebol na freguesia do Raminho, através da criação de um recinto lúdico e desportivo; -----

A Presidente informou que está previsto avançar com este investimento em 2026, em cooperação com a Junta de Freguesia. -----

8. Ampliar o cemitério do Posto Santo; -----

A Presidente informou que se procedeu à aquisição do terreno para a ampliação do cemitério do Posto Santo, estando nas mãos da Junta de Freguesia a elaboração do projeto. -----

9. Concluir a Casa Mortuária da Vila de São Sebastião; -----

A Presidente referiu que o Município tem todo o interesse em apoiar a Junta de Freguesia na conclusão deste processo, desde que seja apresentada uma solução viável, razoável e equilibrada. -----

O Vereador João Oliveira chamou a atenção para a necessidade de se dar apoio à Junta de Freguesia para obter uma solução para a situação. -----

10. Avançar com projeto de viabilidade para construção de variante ao Terreiro, na Vila do Porto Judeu. -----

A Presidente informou esta intervenção não se integra nas prioridades de investimento do Município. -----

O documento foi analisado. (1155/2025/CMAH) -----

5. Documentos da TERAMB

5.1. Ent. 29885 – Ofício da TERAMB, EM, remetendo para aprovação da Câmara Municipal o a proposta de **Tarifário para 2026**. -----

Sobre esta matéria a Presidente informou que é proposto um aumento de cinco euros por tonelada para o tratamento dos resíduos urbanos, de forma a ser possível manter o equilíbrio financeiro da empresa. -----

O Vereador João Oliveira entende que a gestão dos ecocentros tem de ser melhor operacionalizados, em especial o ecocentro de São Sebastião, uma vez que é utilizado de forma menos correta por utentes do concelho vizinho a expensas da autarquia de Angra do Heroísmo. -----

O Vereador Paulo Lima informou que os ecocentros são uma iniciativa do Município financiada com fundos europeus, trata-se de uma solução de proximidade para que a população deposite resíduos em local próprio, e que posteriormente, são objeto de depósito e tratamento pela TERAMB. Todos os custos desta operação são suportados pela autarquia. -----

Referiu, ainda que considerando o uso indevido das infraestruturas, foram instalados sistemas de videovigilância que tem permitido mitigar as situações. -

Os Vereadores da coligação do PSD/CDS-PP declararam que se abstém porque o tarifário aumenta os custos para os empresários e assume custos de tratamento de resíduos depositados no ecocentro de São Sebastião por munícipes do concelho vizinho. -----

A Câmara Municipal, com 5 votos a favor da Presidente e dos Vereadores do PS e 2 abstenções dos Vereadores da coligação do PSD/CDS-PP, aprovou o tarifário e deliberou remeter à Assembleia Municipal, para conhecimento. (1156/2025/CMAH) -----

5.2. Ent. 29892 – Ofício da TERAMB, EM, remetendo para aprovação da Câmara Municipal e Assembleia Municipal a minuta do **contrato programa entre a TERAMB, EM, e os Municípios de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória, para 2026. A Câmara Municipal, por unanimidade, aprovou a minuta de contrato programa em causa e deliberou remeter à Assembleia Municipal, para aprovação, nos termos legais. (1157/2025/CMAH)**-----

5.3. Ent. 29888 – Ofício da TERAMB, EM, propondo, nos termos do n.º 3 do artigo 27.º dos estatutos daquela Empresa, a **contração de um empréstimo de curto prazo, cujo objetivo é antecipação de receitas de fundo de manuseio de tesouraria, no montante de €250 000,00**, para aprovação da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal. **A Câmara Municipal, por unanimidade, aprovou o pedido e deliberou remeter à Assembleia Municipal, para aprovação, nos termos legais. (1158/2025/CMAH)**-----

5.4. Ent. 29889 – Ofício da TERAMB, EM, remetendo para aprovação da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal o **Plano de Atividades e Orçamento para 2026**. -----

A Presidente informou que os documentos preveem a realização de investimentos na compostagem e continuação do processo de certificação ISSO. -----

O Vereador Paulo Lima salientou três objetivos estratégicos, a valorização orgânica dos resíduos, com a transformação em composto para venda, a manutenção, conservação e modernização da fábrica, que já labora há dez anos e a consolidação financeira da empresa. -----

O Vereador João Oliveira questionou se existe algum aprovisionamento de verba para as avarias da fábrica. -----

O Vereador Paulo Lima informou que as manutenções e reparações estão devidamente aprovisionados no orçamento. -----

A Câmara Municipal, por unanimidade, aprovou o documento e deliberou remeter à Assembleia Municipal, também para aprovação. (1159/2025/CMAH)-----

6. Designação do Fiscal Único

6.1. Ent. 29920 – Ofício da TERAMB, EM, solicitando que a Câmara Municipal proponha ao órgão deliberativo municipal a **designação do Fiscal Único – Teresa Maria da Cunha Soares Martins, em representação de HB SVTM – Santos Vaz, Trigo de Moraes & Associados SROC, Lda, para o cargo de Fiscal Único e João Trigo de Moraes, para o cargo de Fiscal Suplente**, nos termos do artigo 26.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto. **A Câmara Municipal, por unanimidade, concordou com o solicitado pela Teramb, e deliberou propor à Assembleia Municipal a designação do Fiscal Único referido, nos termos da legislação invocada.** (1160/2025/CMAH)-----

7. Relatório de Gestão e Contas relativo ao 3.º trimestre de 2025

7.1. Ent. 29865 – Ofício da TERAMB, EM, remetendo o **Relatório de Gestão e Contas relativo ao 3.º trimestre de 2025**, para conhecimento da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal. **A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou remeter à Assembleia Municipal para o mesmo efeito.** (1161/2025/CMAH)-----

8. Atribuição de apoio financeiro e em espécie aos clubes desportivos e atletas individuais

8.1. Int. 40042 – Proposta de atribuição de **apoio financeiro e em espécie, a cada um dos 18 clubes desportivos e 21 atletas individuais**. Para deliberação do órgão executivo municipal, nos termos do Regulamento de Atribuição de Apoio a Coletividades Desportivas e Atletas Individuais do Concelho de Angra do Heroísmo. -----

Os Vereadores da coligação PSD/CDS- PP declararam que votam a favor porque se trata de investimento em coletividades e na saúde da população. ----

A Câmara Municipal, por unanimidade, aprovou a proposta.
(1162/2025/CMAH)-----

A Presidente da Câmara Municipal,

A colaboradora que lavrou a ata,
